

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SEXO, IDADE E COR

Andréa Moraes Alves

Nas teorias sobre gênero, sempre foi ressaltada a dimensão estratégica que o corpo ocupa na constituição do “feminino”. Desde o feminismo radical dos anos 60 até os movimentos mais recentes do “pós-feminismo”, o tema do corpo apresenta-se como crucial (Piscitelli, 2004). O mesmo se pode dizer dos debates sobre a velhice: é em torno do corpo que se constroem os saberes e visões acerca dos velhos e velhas. Essa semelhança é curiosa, a meu ver, porque tanto o sexo quanto a idade, e pode-se incluir aí também a cor da pele, são noções que remetem à naturalização do corpo. Apesar dessa semelhança de base, as teorias de gênero, ou melhor dizendo, feministas, desconhecem a velhice das mulheres como um problema teórico e político (Attias-Donfutt, 2004), assim como desconheciam durante algum tempo a “questão racial” (Azeredo, 1991).

Tem sido um constante desafio para as ciências sociais tratar, nas pesquisas empíricas, das dimensões de sexo, cor e idade sem resvalar em posições naturalistas, ou seja, tomar essas dimensões como dados *a priori* da pesquisa, elementos

visíveis a olho nu, fenótipos inquestionáveis porque inscritos na natureza dos corpos humanos. Uma primeira forma de combater a tentação da naturalização é perguntar-se pelos mecanismos sociais que levam à interpretação desses fatores como dados naturais. Essa tarefa tem sido empreendida conceitualmente com sucesso tanto nas teorias de gênero quanto nas abordagens sobre raça e etnia. Gênero e etnia passam a indicar os arranjos culturais, referidos a contextos sociais diversos, que estruturam a percepção e a classificação dos indivíduos em sexos e cores diferentes. Estamos falando, portanto, de códigos sociais que nos obrigam a olhar para os corpos como prenes de significados. O corpo é o ponto de chegada do exercício classificatório. O elemento central para as classificações de cor e sexo é a distribuição, socialmente aprovada, de atributos relativos a cada uma dessas posições. À cor e ao sexo corresponde uma série de valores sociais que se articulam diferentemente em torno de contextos específicos. Pode-se dizer também que não existem classificações sexuais que não sejam simultaneamente raci-

ais e vice-versa, mas essa é uma outra discussão sobre a qual não pretendo avançar neste momento. Gostaria de alertar, no entanto, para o fato de que existem pesos diferentes nessas classificações, ou seja, elas não são equivalentes. As nomeações raciais não valem a mesma coisa que as nomeações sexuais: elas adquirem determinações variadas e pesos relativos ao contexto em que são empregadas. Além disso, as lógicas de atribuição de valor ao sexo e à cor são distintas. Uma tarefa importante dos estudos que pretendem tratar da interseção entre essas categorias é conseguir avaliar o peso relativo de cada uma delas nas situações em que são construídas. (Stolcke, 1991)

No campo das classificações etárias, há reflexões importantes, principalmente na área da antropologia social, que ajudam a compreender os processos sociais que levam a localizar os indivíduos como velhos ou jovens numa sociedade. (Debert, 1998; Lins de Barros, 1998).

A idade cronológica é um marcador social relevante para as sociedades modernas ocidentais. Ela é uma forma de reconhecimento social da maturação individual e implica um tipo específico de organização da estrutura social (Fortes, 1984). A idade cronológica estabelece o acesso individual a direitos e deveres político-jurídicos. O indivíduo e sua ordem de nascimento são as unidades básicas de referência para a relação entre o Estado moderno e os sujeitos sociais. O marcador cronológico se complementa e, várias vezes, entra em conflito com outros marcadores como, por exemplo, sexo, classe social e cor.

No plano das relações cotidianas, a idade, ou seja, a passagem do tempo de vida dos indivíduos é investida por valores culturais. Os ritos de passagem que marcam o processo de maturação individual são formas de inserção dessa maturação no plano da coletividade. Os ritos de passagem produzem significados sociais para o fluxo do tempo, assinalando para os indivíduos as mudanças que são esperadas em cada nova posição. As trajetórias individuais são unificadas nesses pontos de inflexão marcados pelos rituais. Elas ganham um terreno por onde podem trafegar. Assim, teríamos

idades mais ou menos apropriadas para cada um desses rituais: casamento e reprodução, entrada no mercado de trabalho ou no mundo escolar. Discussões contemporâneas na antropologia têm chamado atenção para o dinamismo e a fluidez cada vez mais acentuada que as etapas cronológicas da vida experimentam. Nas sociedades atuais, é comum tanto a transição brusca quanto o prolongamento indefinido de fases da vida, a despeito das idades (Featherstone, 2000). Fala-se, por exemplo, de adolescentes de 30 anos, ou seja, pessoas solteiras, sem filhos, que ainda residem com os pais e deles dependem economicamente, quando, cronologicamente, era esperado que fundassem seus próprios domicílios e famílias mínimas independentes.

Um dos pontos de inflexão mais importantes que marcam a passagem do tempo de vida individual está ligado ao corpo. É também relacionado ao corpo que se encontra o ponto nodal de constituição das diferenças sexuais. Gênero e idade se cruzam nesse aspecto: ambos partilham de uma mesma base referencial. Mas, de que corpo se está falando?

A bibliografia recente sobre relações de gênero e sexualidade tem apontado para o controle individual da reprodução e o exercício da sexualidade como aspectos essenciais da passagem da infância para a adolescência e dessa para a vida adulta, tanto para homens quanto para mulheres, nas sociedades contemporâneas (Brandão, 2004). Embora existam diferenças entre as camadas médias e as camadas populares em relação à sexualidade e a padrões reprodutivos, a importância desses temas para ambas, na percepção sobre a passagem do curso da vida, é inegável. Se sexualidade e reprodução são as principais balizas entre as quais se constroem o fluxo entre a infância e a vida adulta, o que se pode dizer em relação à outra etapa, ou seja, da vida adulta à velhice?

O controle individual da reprodução deixa de ser uma baliza. Mas esse deixar de ser já traz em si inúmeras questões. Embora, do ponto de vista puramente técnico, a paternidade e a maternidade em idades avançadas não seja impossível

atualmente, sua aceitação social ainda enfrenta problemas. O mesmo se pode dizer acerca do exercício da sexualidade. Dados de uma pesquisa francesa que compara diferentes gerações de pessoas mais velhas e jovens a respeito de seu comportamento sexual (Delbes e Gaymmu, 1997) indicam que há um prolongamento da vida sexual ativa para além dos 50 anos na geração que envelhece a partir dos anos 1990, principalmente entre as mulheres. No entanto, essa novidade é ainda tratada com reticências pela sociedade. Essa extensão da vida sexual não significa apenas o retardo da passagem para a velhice, mas antes uma resistência ao processo de envelhecimento. A gerontologia tem tratado o sexo entre os velhos e velhas como um poderoso antídoto contra os efeitos desagradáveis da velhice. Portanto, qual seria então o marcador dessa passagem para a velhice? Se esse marcador está no corpo, não está no seu sentido (re)produtivo, como nas outras fases da vida. O sexo e a reprodução, por exemplo, seriam as marcas ausentes desse corpo e atualizam-no pela sua falta; o mesmo podemos dizer da mobilidade e do desempenho corporais, cada vez mais difíceis, na medida em que se envelhece. O corpo velho é pensado e significado pela falta, pela ausência.

Será que esse raciocínio está correto? Operando dessa maneira não se está caindo na tentação da naturalização de novo? Pensar os corpos dos velhos como reflexo da experiência dos jovens não é incorrer num binarismo sem sentido, numa dicotomia que toma como referência o corpo jovem? Dito com outras palavras: não se está simplesmente reproduzindo um estereótipo, uma classificação social que opera em muitos discursos do senso comum e que gera efeitos sociais perversos, principalmente sobre os velhos? Não é tarefa das ciências sociais questionar esses pressupostos, buscando suas fontes?

Com essas interrogações é que se pode mudar o eixo da análise. Assim como as teorias de gênero e as teorias sobre classificações de cor tomam como base as relações entre os termos classificatórios, o mesmo se pode fazer com as classificações etárias. Mas, nesse último caso, leva-se

em conta que o marcador cronológico, apesar de manter sua importância como forma de acesso às posições de destaque nas sociedades contemporâneas, é também permeado por um outro vetor fundamental para a classificação etária: a posição geracional. Geração aqui é entendida nos termos de Mannheim (1972), isto é, como o partilhar de experiências comuns e pode ser definido da seguinte maneira:

... apesar de suas conotações variadas, a idéia de geração implica um conjunto de mudanças que impõem singularidades de costumes e comportamentos a determinadas gerações. Daí falar-se em geração do pós-guerra, da televisão, de 68. A geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas às que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras. (Debert, 1998, p. 21).

Essa definição de geração, como afirma Debert, ultrapassa o sentido clássico de posição na estrutura familiar para incorporar ao quadro de estudo das mudanças sociais as experiências coletivas vividas por determinados grupos. Esses grupos são vistos como produtores de uma memória coletiva, construtores de uma tradição e também agentes de mudanças na medida em que suas práticas só são revividas pelas gerações posteriores se forem reflexivamente justificadas.

Nesse aspecto, Debert resgata as contribuições de Anthony Giddens (1992). Para esse autor, a idéia tradicional de ciclo de vida implicaria a repetição ritualística das etapas da vida entre as gerações, ao passo que na modernidade faria mais sentido falarmos em curso de vida, ou seja, na idéia de que as experiências etárias não são mais rigidamente padronizadas e cabe a cada indivíduo atribuir sentido a sua trajetória.¹ Por isso, haveria

¹ Gostaria de deixar claro aqui que entendo que existam formas socialmente legítimas de classificação da infância, da juventude, da idade adulta e da velhice em todas as sociedades e que essas formas variam historicamente. O que compreendo como característico da modernidade é a sanção social dada ao indivíduo para que ele circule entre essas etapas, independentemente da idade cronológica. Em alguns momentos da trajetória de vida é permitido, quando não estimulado, “fazer coisas de jovem”, “sentir-se jovem”; em outros, é cobrada uma ação “madura”, apesar da idade. Se nos lembrarmos dos constantes debates sobre os limites de idade para o voto, para conduzir automóveis e para ser responsabilizado criminalmente, veremos o quão individualizante revela-se a argumentação quando ela restringe-se a um debate acerca da idade cronológica.

uma desconexão entre vida pessoal e troca entre gerações. Na modernidade, apesar da vigência da idade cronológica como um critério de atribuição de *status* e de certas expectativas sociais em relação aos comportamentos, gostos e visões de mundo dos grupos etários, no cotidiano essas expectativas e atributos são confrontados. Dentro de certos limites estruturais, formas individuais de manipulação da apresentação da idade são ensaiadas, seja através de um controle sobre o próprio corpo – controle esse cada vez mais desenvolvido através das tecnologias oferecidas pela cirurgia plástica, pelos cosméticos, exercícios físicos e dietas – seja através da adoção de estilos de vida previamente caracterizados como próprios de determinados grupos etários e expressos por intermédio da moda ou dos gostos musicais, por exemplo. Essa individualização das idades seria um aspecto de um processo mais amplo de individualização, característico das sociedades moderno-contemporâneas.

Pensando, portanto, em termos relacionais, o significado construído para o corpo velho, nas gerações que envelhecem hoje, está referido não aos jovens de hoje, mas aos jovens de ontem. O ponto de comparação está no passado e não no presente. Em minhas pesquisas com velhos e velhas no Rio de Janeiro, o que parece ser recorrente para marcar simbolicamente a experiência do envelhecimento é a presença ou ausência, no corpo atual, de traços relativos à lembrança do corpo passado. Digo presença ou ausência porque esse corpo é visto não só pela ótica do que se perdeu, mas também do que se ganhou com a passagem do tempo. Perguntando a uma de minhas informantes (63 anos) sobre a impressão que ela tinha do próprio corpo, ela me respondeu:

Agora não gosto muito mais não, muito barrigudinha e antes não tinha esse problema, mas agora eu tenho. É o que me incomoda... as pernas não muito, mas a barriga eu acho muito feia, eu só não faço uma lipo porque não tenho coragem.

E antes, que parte do corpo você gostava mais? Bom, eu gostava das pernas mais e fiquei gostando até muito tempo, porque eu não tinha problema de varizes, né, eu gostava... Do busto eu não gostava, eu não gostava muito na juventude por-

que eram bem pequenininhos, né,... e depois da menopausa, eu fui engordando mais, aí foi enchendo mais, agora eu gosto mais, hoje em dia eu gosto mais do que na juventude. Eu ficava constrangida no relacionamento sexual, eu ficava constrangida com os meus seios porque eu tinha um peito pequeno e um bico muito grande, né, eu ficava mortificada por causa disso, mas agora não, eles encheram mais e não aparecem tanto, agora eu me sinto melhor.

A passagem do tempo é marcada por rituais e eventos que, independentemente de um marcador cronológico fixo, dão a dimensão para o sujeito do fluxo do tempo. Assim, não existe uma idade para se ficar velho: o sujeito se apreende como velho a partir de experiências compartilhadas com outros. Da mesma maneira, não existe um ser mulher, assim como não há um ser homem, ou um ser negro, mas o sujeito se vê nessas posições a partir de experiências compartilhadas com outros.

Entretanto, essas experiências formulam algumas cristalizações, cristalizações essas que balizam o cotidiano dos sujeitos e servem de insumo para novas classificações e experiências. Veja-se a dicotomia masculino e feminino. Como ensinam algumas teorias de gênero, com as quais concordo, falar de gênero é supor, em primeiro lugar, que as diferenças sexuais são construções históricas que se fundamentam em práticas e discursos sobre os corpos. Essas práticas e discursos são baseados em uma classificação binária hierárquica, que considera o masculino como englobante e o feminino como englobado (Heilborn, 2000, p. 51-52):

Trata-se de salientar que a instituição do masculino está comprometida com uma dada operação simbólica de marcar seu relevo e sua distinção perante o outro gênero. Desse modo, o masculino estaria fadado a exprimir-se através de nexos simbólicos que encarnassem propriedades de marcação/descontinuidade/diferenciação/deslocamento. Seriam esses os vetores que o constituiriam como distinto do feminino. Este, em oposição, estaria balizado por atributos como não-marcação/continuidade/indiferenciação/permanência – vetores simbólicos que expressam essa demanda (relativa) de construção da identidade. O jogo relacional da construção de categorias de gênero está referido a esse plano estrutural. Os conteúdos específicos que adquirem as categorias de gênero nos diversos contextos culturais manteriam este princípio de ordenação, embora possam em substância ser diferentes (...) Não se trata de afirmar que a existência de dois sexos na

natureza implique alguma característica substantiva universal, apenas que a estrutura subjacente à montagem das relações de gênero mantém um pendor assimétrico.

Haveria também algum “pendor assimétrico” nas relações entre jovens e velhos? Embora não se possa ter certeza sobre a posição dos velhos nas sociedades tradicionais, dada a escassez de informações sobre esse assunto, a teoria antropológica não reitera o mito da “velhice protegida” nessas sociedades. Existem dados etnográficos conflitantes a esse respeito (Debert, 1992). No entanto, nas sociedades capitalistas, a experiência da velhice não é bem-vinda, pelo menos não até recentemente – embora também existam variações importantes entre classes e gêneros. O trabalho de Patrice Bourdelais, *L'Age de la Vieillesse* (1997), ressalta que, na França do século XIX, a velhice nas classes abastadas não era designada da mesma forma negativa como era entre as classes populares. O uso dos termos velho e velhote (*vieux* e *vieillard*) era comum para aqueles que não possuíam estatuto social, ao passo que o termo *personne agée* ou idoso era empregado para aqueles que detinham prestígio e riqueza, ou seja, aquele segmento social que não estava vinculado ao trabalho manual. As famílias ricas, os políticos, os intelectuais e artistas de renome não eram referidos como “velhos”. Para esses indivíduos, a idade avançada parecia trazer ainda mais poder, porque aliava os anos vividos à experiência. Essa característica ainda está presente na sociedade atual. Clarice Peixoto (1998) também encontra diferença similar no caso brasileiro. Segundo ela, também no Brasil, com a expansão do acesso aos direitos previdenciários (principalmente a aposentadoria), a velhice tornou-se sinônimo de incapacidade para o trabalho. “Ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres.” (Peixoto, 1998, p. 72).

Também sob o ponto de vista dos gêneros, a velhice distribui de maneira diferente as vantagens e desvantagens entre homens e mulheres. Pesquisas recentes (Camarano, 1999) revelam que os filhos são um importante patrimônio para as mulheres quando elas envelhecem. Através deles e dos netos, a mulher pode encontrar um canal de

trocas de apoio que é fundamental para garantir sua importância na família, preservando seu papel no mundo doméstico. Entre os homens, a vantagem encontra-se na maior probabilidade que eles têm de permanecer no mercado matrimonial por mais tempo do que as mulheres. Um homem mais velho tem mais facilidade em encontrar parceiras disponíveis do que as mulheres. Essas parceiras são, em geral, mais jovens. A extensão da aposentadoria também garantiu para essa geração que envelhece hoje (homens e mulheres) a possibilidade de permanecer na posição de chefes de domicílio, dado que a geração mais jovem não encontra mais um mercado de trabalho tão receptivo, embora entre as mulheres essa posição não indique que elas assumam automaticamente a identidade e o status de chefe. A tese, portanto, de que haveria uma aproximação entre os gêneros na velhice não se sustenta; as diferenças de papéis sexuais permanecem em construção, mesmo quando a capacidade reprodutiva e de trabalho é anulada ou diminuída. A ocultação dessa diferença contribuiu para um afastamento das teorias feministas do campo do envelhecimento.

A questão, a meu ver, é que não há, de fato, sob nenhum aspecto, algo comparável com a dimensão assimétrica que possui a relação entre gêneros. Os velhos não são nem englobados, nem englobantes; assim como os jovens também não o são. O que empresta dimensão à velhice são as trajetórias individuais e não uma assimetria universal que correlacione, de maneira complementar, jovens e velhos. Por isso é que o envelhecimento é uma preocupação fundamentalmente moderna. Só nessas sociedades a individuação produziu a sensação subjetiva do envelhecer. Nas sociedades tradicionais, o que está em jogo não é a experiência individual da passagem do tempo, mas a posição na ordem geracional, ligada ao lugar ocupado na estrutura familiar e no ciclo doméstico.²

² Gostaria de frisar que não estou trabalhando com uma dicotomia rígida entre tradicional e moderno. Ao falar em sociedades modernas, tenho em mente a classificação que Gilberto Velho propõe sobre essas sociedades, que ele chama de complexas. Sociedades complexas são

Essa estrutura familiar, nas sociedades tradicionais assim como nas sociedades modernas, baseia-se fortemente numa relação entre gêneros, mais do que numa relação entre posições geracionais. Por isso argumentei anteriormente em favor de uma diferença entre os pesos que devem ser dados às diversas formas de classificação: é muito difícil, por exemplo, conjugar a identidade feminina com a identidade de chefe de domicílio, mesmo quando, na prática, isso acontece. Estar numa posição elevada no arranjo domiciliar por ser responsável pelo sustento material (e isso em geral acontece entre as mais velhas da casa) não anula a vinculação dessas mulheres à posição englobada (complementar ao masculino) que a hierarquia de gênero prevê. Por outro lado, se o envelhecer está profundamente amarrado às trajetórias individuais, os papéis de gênero que acompanham essas trajetórias podem ser reinterpretados ao longo das carreiras individuais. Minha tese é que o curso da vida coloca em perspectiva para os indivíduos o caráter assimétrico das relações de gênero. O curso da vida funciona como uma esteira rolante sobre a qual as relações de gênero, com seu “pendor assimétrico”, adquirem movimento. É através da trajetória individual que os indivíduos fazem sentido das diferenças sexuais. Apesar de distintos, gênero e geração estão correlacionados. A pergunta que ainda cabe responder é se mudanças nos padrões das trajetórias individuais de homens e mulheres (mudanças nos contratos entre gêneros) correspondem a mudanças nos contratos entre as gerações e qual é a medida dessa correspondência.

As teorias sobre etnia e raça no Brasil, por seu turno, ajudam a refletir sobre a velhice a partir de um outro aspecto: o gradiente de cores possível

sociedades marcadas pela “heterogeneidade e variedade de experiências e costumes, contribuindo para a extrema fragmentação e diferenciação de domínios e papéis, dando um contorno particular à vida psicológica individual.” (Velho, 1987, p. 17). Nessas sociedades, os indivíduos vivem em diversos planos simultaneamente. Ao mesmo tempo em que há instâncias da vida social onde figuram significados e valores compartilhados, como nas relações familiares e de parentesco, bairro e vizinhança, grupos de *status*, gerações e outros exemplos, pode-se observar também a circulação dos indivíduos entre esses diferentes mundos.

para discriminar a população negra brasileira, gradiente esse que varia situacionalmente e evoca uma certa semelhança com as maneiras atuais de referir-se aos velhos.

No caso da classificação étnica, as nomenclaturas diversas representam tentativas de marcar nuances e variações cromáticas que desvinculam o indivíduo dos pólos excludentes, branco e negro.³ A invenção do mulato seria um paradigma da questão racial brasileira:

...o Brasil não é um país dual onde se opera somente com uma lógica do dentro ou fora; do certo ou errado, do homem ou mulher; do casado ou separado; de Deus ou Diabo; do preto ou branco. Ao contrário, no caso de nossa sociedade, a dificuldade parece ser justamente a de aplicar esse dualismo de caráter exclusivo, ou seja, uma oposição que determina a inclusão de um termo e a automática exclusão de outro, como é comum no racismo americano (...) isto é, entre o preto e o branco (que no sistema anglo-saxão são termos exclusivos), nós temos um conjunto infinito e variado de categorias intermediárias em que o mulato representa uma cristalização perfeita. (Da Matta, 2001, p. 41)

Oracy Nogueira, em estudo sobre relações interétnicas empreendido na década de 40, definiu a situação racial no Brasil a partir da comparação com a realidade norte-americana, utilizando-se da diferença entre preconceito de marca e preconceito de origem. No primeiro caso, mais afeito à realidade brasileira, haveria a possibilidade de os efeitos do preconceito de cor serem atenuados ou agravados pela presença ou ausência de outras características pessoais. A classificação racial adquire um caráter relacional inequívoco. São as situações e relações que classificam as pessoas em

³ Isso não implica dizer que esses pólos não tenham peso para as desigualdades sociais no Brasil. Pensando as diferenças entre brancos e negros brasileiros no que diz respeito ao envelhecimento, por exemplo, há dados que mostram a precariedade ainda maior dos negros na velhice. Em estudo sobre relações raciais no Brasil, Paixão (2003) mostra como a população afro-descendente brasileira tem uma longevidade bem menos expressiva que a população branca, e isso não se dá por fatores biológicos, mas antes pelas condições de vida nitidamente piores enfrentadas pelos negros no país: “Entre a população menor de idade (até dezoito anos) no Brasil, os brancos representavam (em 1997) 51% e os negros 49% das pessoas. Alternativamente, e não por coincidência, a presença dos negros tornava-se menos expressiva nas faixas etárias mais elevadas. Desta feita, os afro-descendentes correspondiam a apenas 37,8% da população com mais de sessenta anos no Brasil em 1997.” (Paixão, 2003, p. 74)

critérios de cor, fazendo com que esse critério seja ou não tomado como relevante na avaliação de prestígio desse indivíduo. A cor escura é ignorada se os indivíduos são bem sucedidos em posições onde não concorram com brancos. Portanto, a cor não é uma definição estável, fixa.

Como o censo de 1980 mostrou, ao declararem a própria cor, as pessoas inventam as mais variadas formas de se colocarem no lado mais claro do continuum (...) Foram anotadas nada menos de 136 maneiras de escamotear a origem negra. Algumas delas: amarela queimada, azul, baiano, branca queimada, miscigenação mista, morena bem chegada, puxa para branca, queimada de praia, roxa, sapecada, turva e verde.” (Azeredo, 1991, p. 132)

Os nomes usados atualmente para fazer referência à idade mais avançada das pessoas são: “terceira idade”, “velho jovem” e “idoso”. Nomes que tentam mitigar o envelhecimento, construindo, assim como na nomenclatura racial, posições intermediárias que também são usadas situacionalmente e como formas de aproximar o indivíduo do pólo mais jovem (ou menos velho) do gradiente etário. Essa prática social, observada no caso brasileiro, de evitar os dualismos, além de ser corrente no campo racial, também encontrou respaldo no universo das classificações etárias. Será que essa não é uma das razões porque o termo terceira idade ganhou tão rapidamente legitimidade e uso no Brasil?

Resumindo, aprende-se, através das teorias de gênero, que a velhice não se complementa hierarquicamente com a juventude. O envelhecimento é, antes, um fenômeno contemporâneo e que se confunde com o processo de individualização de nossas sociedades. São as trajetórias individuais, as biografias e sua articulação com os contextos sociais em que são vividas que podem dar conta do que se chama de velhice. As teorias de gênero também podem ser de grande valia em outro aspecto; nesse caso falo das teorias feministas propriamente. A velhice das mulheres é aquela que tem trazido atualmente maiores questões e desafios teóricos para compreender as mudanças e permanências das relações de gênero em nossa sociedade. A trajetória das mulheres que envelhecem

hoje guarda grandes rupturas em relação às trajetórias de gerações anteriores. Cabe à teoria feminista se debruçar sobre esse tema, pois ele pode trazer nova luz à dinâmica de transformações e continuidades que as mulheres viveram nos últimos anos.

Por meio das teorias sobre raça e etnia, podemos nos inspirar para pensar sobre as mais recentes classificações etárias, questionando o uso de nomes como terceira idade, idoso, tentando buscar quais são as representações sociais investidas nessas categorias.

(Recebido para publicação em dezembro de 2004)
(Aceito em dezembro de 2004)

REFERÊNCIAS

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, C. (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 85-108.
- AZEREDO, Sandra. A questão racial na pesquisa. In: _____; STOLCKE, V. (Org.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, 1991. p. 125-134.
- BOURDELAIS, Patrice. *L'Age de la vieillesse: histoire du vieillissement de la population*. Paris: Editions Odile Jacob, 1997. 503p.
- BRANDÃO, Elaine. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M.L. (Org.) *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 63-86.
- CAMARANO, Ana Amélia. (Org.) *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 382p.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 126p.
- DEBERT, Guita Grin. Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência do envelhecimento. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, n. 33, p. 33-50, 1992.
- _____. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. *Antropologia e Velhice – Textos Didáticos*, Campinas, Unicamp, n. 13, p. 7-27, jan. 1998.
- DELBES, Christiane; GAYMU, Joëlle. L'Automne de l'amour: la vie sexuelle après 50 ans. *Population*, [S.L.], n. 6, p. 1439-1484, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike. Envelhecimento, tecnologia e curso da vida incorporado. In: DEBERT, G.G.; GOLDSTEIN, D. (Orgs.). *Políticas do corpo e curso da vida*. São Paulo: Sumaré, 2000. p. 37-58
- FORTES, Meyer. Age, generation and social structure. In: KERTZER, D. I.; KEITH, J. (Orgs.). *Age and anthropological theory*. New York: Cornell University, 1984. p. 137-184.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and self identity – self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press, 1992. 233p.

- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. *Masculino, feminino, plural – gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 43-55.
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: _____ (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 56-100.
- MANNHEIM, Karl. *Essays on the sociology of knowledge*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1972. 350p.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1998. 250p.
- PAIXÃO, M. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 159p.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso e terceira idade. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 69-84.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno de gênero e feminismo. In: LIMA COSTA, C.; SCHMIDT, S.P. (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 43-66.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, jun. 1991. p. 20-50.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 140p.